



**HAL**  
open science

# A CONSTRUÇÃO VISUAL DE UM TERRITÓRIO COLONIAL: o fundo fotográfico da Companhia de Moçambique (1892-1942).

Nadia Vargaftig

► **To cite this version:**

Nadia Vargaftig. A CONSTRUÇÃO VISUAL DE UM TERRITÓRIO COLONIAL: o fundo fotográfico da Companhia de Moçambique (1892-1942).. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, 2016, 13 (22), pp.152-162. 10.18817/ot.v13i22.552 . hal-03613202

**HAL Id: hal-03613202**

**<https://hal.science/hal-03613202>**

Submitted on 11 Sep 2023

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution - NonCommercial - NoDerivatives 4.0 International License

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v13i22.552>

***A CONSTRUÇÃO VISUAL DE UM TERRITÓRIO COLONIAL:*** o fundo fotográfico da Companhia de Moçambique (1892-1942)<sup>1</sup>

***VISUAL CONSTRUCTION OF A COLONIAL TERRITORY:*** the photographic collection of Mozambique Company (1892-1942)

***CONSTRUCCIÓN VISUAL DE UN TERRITÓRIO COLONIAL:*** la colección fotográfica de la Compañía de Mozambique (1892-1942)

NADIA VARGAFTIG

Centre d'études et de recherche en histoire culturelle (CERHiC).

Université de Reims-Champagne Ardenne (URCA)

[nadia.vargaftig@univ-reims.fr](mailto:nadia.vargaftig@univ-reims.fr)

**Resumo:** Este artigo pretende introduzir e apresentar a parte fotográfica do Arquivo da Companhia de Moçambique, acervo depositado há 15 anos no Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa. Fornecendo algumas informações relativas à sua produção, conservação e indexação, assim como outras de ordem estatística (origem geográfica, conteúdo temático, data de produção), gostaríamos de salientar seu valor para o pesquisador interessado em estudos visuais da dominação colonial em contexto luso-imperial, mostrando a diversidade das funções do clichê. Instrumento de estudo técnico e científico, ilustração da vida social na colônia central de Moçambique, suporte de propaganda e comunicação, a fotografia produzida entre o fim da década dos anos 1880 e 1942 merece a atenção, quando utilizada com a máxima atenção dada ao contexto local, regional, imperial e internacional, principalmente quando se trata de uma instituição híbrida como a Companhia de Moçambique, portuguesa pela lei, franco-britânica pelos capitais, que administrou e controlou Moçambique central, mantendo relações complexas com o Estado português, a sociedade colonial e os interesses capitalistas norte-europeus.

**Palavras-chave:** Companhia de Moçambique. Arquivo fotográfico. Propaganda.

**Abstract:** This article aims to introduce the photographic part of the Mozambique Company Files, which has been incorporated 15 years ago in the Files of "Torre do Tombo", in Lisbon. Providing some information concerning to its production, conservation and organization, as well as others on the statistic field (geographical origin, thematic content and year of production) we'd like to underline its value for researchers who are interested in visual studies applied to colonial domination in Portuguese imperial context, showing how diverse are the functions of the cliché. Tool for technical and scientific studies, illustration of the social life in the central colony of Mozambique, support of propaganda and communication, the photography produced between the end of the decade of the 1880's and 1942, deserves our attention, when it is analysed focusing on local, regional, imperial and international context, particularly for such an hybrid institution, portuguese by the law, french-british by the investments which administrated and controled the central of Mozambique, maintaining complex relations with the Portuguese state, the colonial society and capitalist North-European interests.

**Keywords:** Mozambique Company. Photographic File archive. Propaganda.

**Resumen:** Este artículo pretende introducir la parte fotográfica del Archivo de la Compañía de Mozambique, que se ha incorporado hace 15 años al Archivo de la Torre do Tombo, en Lisboa. Al dar algunas informaciones sobre sus condiciones de producción, conservación e indexación, y otras relativas a las estadísticas (origen geográfico, contenido temático y fecha de producción), queremos

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em junho de 2016 e aprovado para publicação em novembro de 2016.

subrayar su valor para el investigador interesado en los estudios visuales aplicados a la dominación colonial en contexto luso-imperial, mostrando la diversidad de las funciones del cliché. Herramienta para estudio técnico y científico, ilustración de la vida social en la colonia central de Mozambique, apoyo a la propaganda y la comunicación, la fotografía producida entre finales de la década de 1880 y 1942 merece nuestra atención, cuando utilizada enfocando el contexto local, regional, imperial e internacional, en particular para una institución tan híbrida como la Compañía de Mozambique, portuguesa por la ley, franco-británica por los capitales, que administró y controló Mozambique central, manteniendo relaciones complejas con el Estado portugués, la sociedad colonial y los intereses capitalistas norte-europeos.

**Palabras-claves:** Compañía de Mozambique. Archivo fotográfico. Propaganda.

A Companhia de Moçambique (CM) foi uma companhia majestática que administrou parte importante – cerca de 25% da superfície – da África oriental portuguesa, sob o regime da concessão. Esta situação durou do fim da década dos anos 1880 até 1942, ano em que, depois que o regime de Salazar decidiu não renovar o contrato com a companhia em 1930, o *Território de Manica e Sofala* reintegrou o conjunto do Império português sob administração direta. Assim evoluiu esta parte central de Moçambique: africana pela geografia, portuguesa pela lei, norte-europeia pelos capitais<sup>2</sup>. Durante meio século de concessão, as instâncias da CM incentivaram seus agentes a produzirem milhares de clichês fotográficos, estes fazendo atualmente parte do Arquivo da CM depositado no Instituto da Torre do Tombo de Lisboa (arquivo nacional de Portugal). Quase integralmente digitalizado e acessível via internet, este fundo oferece ao pesquisador a oportunidade de estudar as modalidades de produção, classificação e difusão da imagem fotográfica no contexto luso-colonial da primeira metade do século XX. Também torna possível uma análise das funções diversas e por vezes contraditórias da fotografia, utilizada por uma instituição cujo estatuto permaneceu ambíguo no conjunto imperial português. Ilustração da vida colonial, documento de trabalho técnico, científico e administrativo, instrumento de propaganda, a fotografia aparece assim como uma modalidade original das práticas de dominação colonial da

---

<sup>2</sup> Embora não exista uma monografia dedicada à Companhia de Moçambique, a produção histórica a seu respeito já é antiga, iniciada por pesquisadores anglófonos nos anos 1970 e 1980, como Leroy Vail, Barry Neil-Tomlinson, mais recentemente Malyn Newitt. Estudos mais recentes foram desenvolvidos, nos Estados Unidos ou em Portugal, focados em questões específicas como o trabalho forçado ou a política fundiária. NEIL-TOMLINSON, Barry *The Mozambique Chartered Company 1892 to 1910*. 1987. Tese (Doutorado)- University of London, 1987. NEIL-TOMLINSON, Barry ; VAIL, Leroy. Discussion : the Mozambique Company. *The Journal of African History*, v. 18, n. 2, 1977. NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995. SERRA, Carlos; HEDGES, David. *História de Moçambique*. Maputo Livraria Universitária, 2000. ALLINA PISANO, Eric. *Slavery by any other name: African life under company rule in colonial Mozambique*, Charlottesville: University of Virginia Press, 2012. DIREITO, Bárbara. *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942*. 2013. Tese (Doutorado) Lisboa: ICS, 2013.

Companhia de Moçambique, participando plenamente da construção, não só de um imaginário, mas também de um território colonial, que manteve suas próprias características políticas e sociais depois de reintegrado no Império<sup>3</sup>.

As reflexões sobre o papel da fotografia para a história do Império português foram iniciadas por um artigo pioneiro de Jill Dias de 1991, que apresenta as fontes fotográficas dos territórios angolano e moçambicano, demonstrando a legitimidade do legado visual do período colonial, como fonte histórica de primeira importância<sup>4</sup>. Assim foram abertas novas perspectivas para estudos visuais do Império português, incluindo museus, exposições, objetos e fotografias. Já existem hoje estudos marcantes, apesar de pontuais, sobre a produção fotográfica da colônia afro-oriental portuguesa, devidos, por exemplo, a Ana Cristina Nogueira da Silva e a Eric Allina Pisano, que desenvolveram reflexões sobre os *Álbuns fotográficos e descritivos da Colônia de Moçambique*, da autoria de José dos Santos Rufino e publicados em 1929, cujo nono volume é integralmente consagrado ao território de Manica e Sofala e à sua capital, o porto da Beira<sup>5</sup>. No que diz respeito ao fundo da CM, ainda são raros os estudos, a não ser numa perspectiva precisa, como no caso da “fotografia de caça” analisada por Bárbara Direito, no volume coordenado por Filipa Vicente, que fornece os dados científicos e bibliográficos mais recentes sobre a fotografia produzida nos anos 1860-1960 no contexto imperial português. Por isso, apareceu-nos que um estudo sistemático deste fundo, rico não só pela sua massa documentária, diversidade temática, duração e continuidade de produção, mas também pela forte coerência da sua proveniência, tanto geográfica como institucional, não deixaria de ser um contributo útil ao conhecimento da história visual do império africano português no século XX.

Esse artigo propõe assim uma abordagem basicamente estatística do fundo, deixando de lado, no momento, interrogações iconográficas, pelo que se trata de uma pesquisa ainda no seu início. Desta forma, algumas hipóteses de trabalho poderão ser formuladas para serem aprofundadas e confrontadas a observações ulteriores.

---

<sup>3</sup> Michel Cahen salienta, por exemplo, os excelentes resultados obtidos pelo general opositor ao Estado Novo Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958 nesta parte da colônia (60% em Moçambique, 90% em Manica e Sofala), como a formação precoce de um movimento anticolonialista africano, o Núcleo negrófilo de Manica e Sofala, fundado em 1935; CAHEN, Michel. Corporatisme et colonialisme, une approche du cas mozambicain ; 1. 1933-1979 : une genèse difficile, un mouvement squelettique. *Cahiers d'études africaines*, v. 23, n. 92, p. 412, 1983; Id. *Africando: Statement 1988-2009 and Projects 2010-2018*, report for Research Director Accreditation. Paris: École des hautes études en sciences sociales, 2010. p. 102.

<sup>4</sup> DIAS, Jill R. Photographic Sources for the History of Portuguese-Speaking Africa, 1870-1914. *History in Africa*, v. 18, 1991.

<sup>5</sup> SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. Fotografando o mundo colonial africano: Moçambique 1929. *Varia Historia*, v. 25, n. 41, 2009. ALLINA PISANO, Eric. Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929. *History in Africa*, v. 24, 1997.

## Descrição e organização

O fundo da CM foi doado pela empresa « herdeira » dos capitais e de parte das atividades da companhia, que existe ainda hoje em dia, sob o nome *Entrepasto comercial*. Sobreviveu a todos os acontecimentos e tragédias da segunda metade do século XX: da passagem à administração direta às guerras mundial, colonial e civil. A doação foi realizada sob decisão do conselho de administração da *Entrepasto*, no início do século XXI: em maio de 2002 a incorporação do fundo já estava finalizada. Atualmente, está em fase avançada de tratamento, com acesso pouco restritivo. São mais de 13.500 unidades de instalação (livros, maços, pastas), que contam a história da empresa colonial, seu funcionamento central, sua atuação local, suas preocupações no decorrer da primeira metade do século XX. É, portanto, necessário fazer algumas observações sobre este fundo. Em primeiro lugar, importa situar o espólio num contexto arquivístico mais largo e complexo. De fato, uma parte importante da documentação produzida nos anos 1892-1942, principalmente aquela que diz respeito à administração mais localizada do território, está depositada no Arquivo histórico de Moçambique, em Maputo<sup>6</sup>. Este fato resulta de uma longa disputa entre o Estado moçambicano independente e instituições portuguesas pouco apressadas de devolver parte desta história. Existem, para esta riquíssima documentação, um trabalho de análise arquivística realizado na Universidade Eduardo Mondlane e um artigo de apresentação geral do fundo<sup>7</sup>. Em segundo lugar, é preciso lembrar a existência de outros fundos em posse de informações preciosas sobre a CM, como o Arquivo histórico-ultramarino<sup>8</sup> e o Arquivo Oliveira Salazar<sup>9</sup>, multiplicando as perspectivas e escalas de conhecimento do funcionamento da companhia, desde a sede de Lisboa até as plantações do território, passando pelos sítios do poder financeiro de Paris e Londres. Assim, importa-nos salientar o caráter internacional, interimperial e globalizado da companhia. Por fim, lembremos que o fundo fotográfico depositado na Torre do Tombo é apenas uma parte da documentação que lá está, e é ainda relativamente pouco consultado pelos historiadores de Moçambique e do Império colonial português contemporâneo, a não ser para fins basicamente ilustrativos.

---

<sup>6</sup> Secretaria Geral, Administração de Lisboa e Repartição do Gabinete.

<sup>7</sup> COSTA, Inês Nogueira da. *Inventário do fundo: Companhia de Moçambique 1892-1942, uma abordagem funcional da descrição dos arquivos permanentes*. Maputo: Universidade E. Mondlane, 1993. 2 v.; LIESEGANG, Gerhard. The Arquivo histórico de Moçambique and historical research in Maputo. *History in Africa*, v. 27, p. 471- 477, 2000.

<sup>8</sup> Fundo do Ministério do ultramar, principalmente os subfundos do gabinete do ministro, da direção geral do ultramar e da inspeção superior da administração ultramarina.

<sup>9</sup> Ver por exemplo as cotas : AOS/CO/UL-9, AOS/CO/UL-32C, AOS/CO/PC-3C e AOS/CO/PC-8E1.

O espólio fotográfico é constituído por 5.800 provas, às quais devem ser adicionados 163 negativos de vidro, diacetado e nitrato de celulose. Isso significa que, no meio século de duração da concessão, foram produzidas uma média de 120 imagens anuais, numa repartição cronológica ainda para ser determinada, pois a falta de indicação precisa relativa à data de produção de várias imagens constitui uma das principais dificuldades do arquivista como do pesquisador<sup>10</sup>. Os itens estão repartidos em 147 unidades de instalação de formas diversas: álbuns, capilhas, caixas, etc. Muitas unidades de instalação estão apenas compostas por um item, quando outras podem contar com mais de duzentos. O conjunto documentário foi “organizado de acordo com os princípios arquivísticos da proveniência e ordem original”<sup>11</sup> da companhia, justificando sua classificação orgânico-funcional em três subfundos extremamente desequilibrados do ponto de vista estatístico. Assim, o subfundo da “Administração geral de Lisboa” contém somente 9 provas, representando aspectos da sede lisboeta da companhia e de seu museu, inaugurado em 1937<sup>12</sup>. Outro conjunto documentário, o subfundo da “Administração do território” reúne a documentação fotográfica que acompanhava os relatórios anuais produzidos pelos chefes das circunscrições e do concelho da Beira, que constituíam a estrutura político-administrativa do território: no momento, só foram encontradas e identificadas 40 provas, exclusivamente produzidas entre 1904 e 1908, como ilustração dos relatórios dos chefes das circunscrições de Manica e Sena<sup>13</sup>. O resto do espólio, seja cerca de 5.570 provas e 120 negativos, é integralmente oriundo do subfundo do Governo do território, ilustrando um funcionamento político e administrativo equivalente a qualquer colónia sob administração direta do Estado, seguindo uma organização baseada em diversas direções: serviços urbanos, agricultura, agrimensura, serviços de estatística e propaganda, fiscalização e caminho de ferro, minas, negócios indígenas, obras públicas, correio, serviços radiotelegráficos e telefónicos, capitania dos Portos. Devem ser adicionadas duas outras categorias de fotografias: um pequeno conjunto de 2 negativos e uma prova representando funcionários da companhia, e outro de “material fotográfico de diversas proveniências ainda em tratamento arquivístico”, reunindo 163 provas e 43 negativos, “de proveniência não suficientemente identificada”<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Ver *infra*, parte « Quando: do começo ao fim ».

<sup>11</sup> Descrição do fundo. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3678261>. Acesso em: 15 nov. 2016.

<sup>12</sup> Cotas PT/TT/CMZ-AF-AGL/1 e PT/TT/CMZ-AF-AGL/2.

<sup>13</sup> Cotas PT/TT/CMZ-AF-TA/A e PT/TT/CMZ-AF-TA/B.

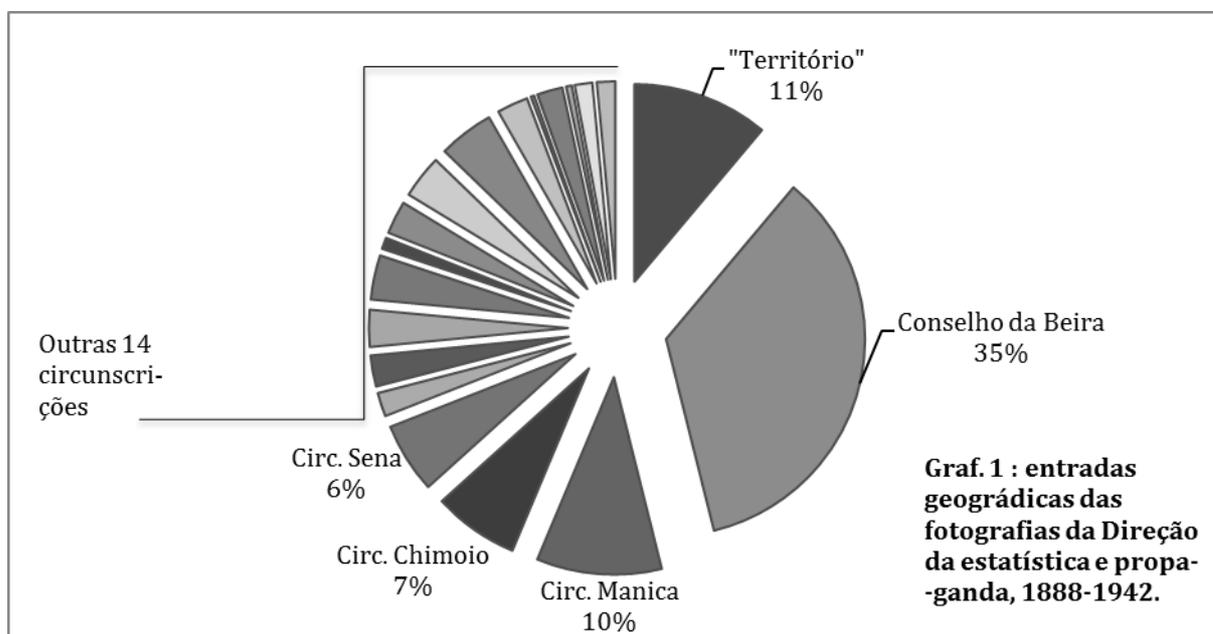
<sup>14</sup> Cota PT/TT/CMZ-AF-GT/N. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3684199>. Acesso em: 15 nov. 2016. Cota PT/TT/CMZ-AF-GT/N.

No detalhe, é fácil destacarmos que, sobre um total de quase 5.500 imagens, mais de 5.000 (4.900 fotografias e 116 negativos), seja aproximadamente 90% do fundo, foram produzidas, solicitadas ou arquivadas pela Direção dos serviços de estatística e da propaganda, confirmando a importância das estratégias de comunicação da companhia. Vamos focar a atenção nesta parte, já considerável, do espólio. A classificação interna destas 5.016 imagens foi realizada seguindo duas lógicas: uma geográfica, outra temática. Geograficamente, as fotografias estão repartidas em 19 entradas: as 17 circunscrições do território, o concelho da Beira e uma última categoria “sem indicação de delimitação geográfica”. Tematicamente, as restantes fotografias foram repartidas em 13 categorias. Vamos então tentar responder a três perguntas para tentar aproximar-nos das preocupações e intenções dos autores e comanditários do conjunto: aonde ? o quê ? quando ?

### **Uma geografia “Beiro-centrada”**

No aspecto geográfico (graf. 1), é nítida a dominação do concelho da Beira, com mais de um terço dos 3.807 clichês solicitados ou produzidos pelos serviços de estatística e propaganda, e com origem geográfica determinada. Deixando de lado a categoria « Território », que, por falta de indicações topográficas suficientemente precisas, ainda não pode ser explorada, seguem, no interesse manifestado pelos serviços de propaganda, as circunscrições de Manica, Chimoio e Sena, que representam entre 6 e 10% do conjunto geográfico das fotografias. As 14 circunscrições restantes representam cada uma entre 0 e 4% da produção, totalizando apenas 30% do *corpus* global.

Gráfico 1: Entradas geográficas das fotografias



Fonte: estatística realizada a partir do índice *online* do Fundo da CM: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3678261> (acesso em 15 nov. 2016).

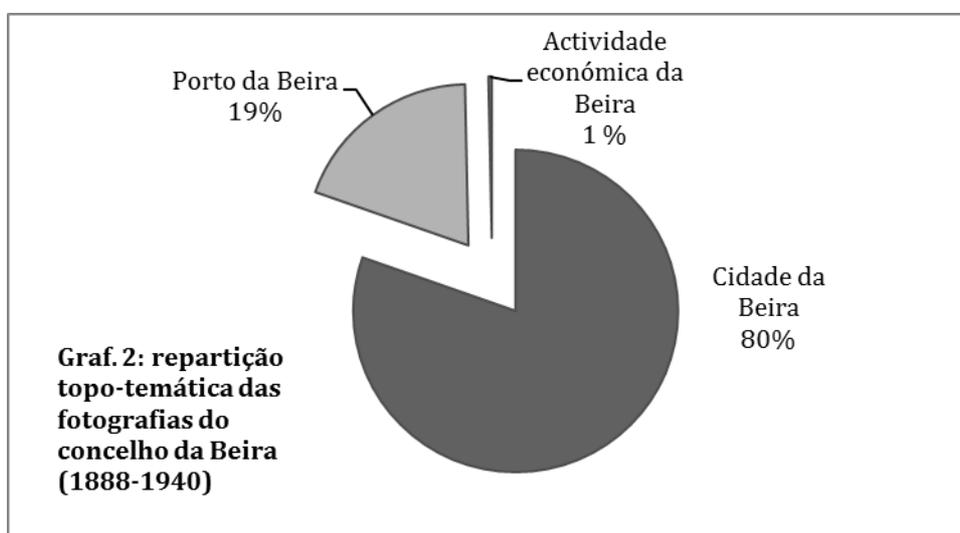
O interesse pelo distrito da Beira e pelas circunscrições de Manica e Chimoio tem uma provável origem económica. Num artigo recente, Malyn Newitt e Corrado Tornimbeni mostram que, desde meados do século XIX, as terras moçambicanas conheceram importantes evoluções demográficas, económicas e políticas, dando a cada sub-região uma identidade que se cristalizou durante o período seguinte. Com a progressiva (e difícil) instalação da dominação portuguesa, acabou realizando-se um “quebra-cabeça” administrativo, definido no ano 1907, quando a administração civil instalou-se em Moçambique<sup>15</sup>. Neste quadro, a importância económica do porto da Beira não faz dúvida, verdadeira “porta de saída” das riquezas do subsolo rodesiano. Ora a via ferroviária de circulação dessas riquezas, a *Beira Railway*, propriedade de capitais britânicos e por parte administrada pelos acionistas ingleses da CM, também passa pelas circunscrições de Manica e de Chimoio, fazendo dessas regiões pontos de passagem estratégicos da rede económica entre a parte central de Moçambique e os territórios dependentes do imperialismo britânico. As fotografias destes três espaços fundamentais da atividade económica da companhia ilustram e confirmam assim um olhar orientado pelas preocupações imperialistas do “aliado histórico” de Portugal, seu rival e

<sup>15</sup> A complicated jigsaw of concessions, NEWITT, Malyn; TORNIMBENI, Corrado. Transnational Networks and Internal Divisions in Central Mozambique. *Cahiers d'études africaines*, n. 192, 1 fév. 2009, p. 713.

protetor em África, a Grã-Bretanha. O caso da circunscrição de Sena, região setentrional do território, vizinha da Zambézia, parece semelhante, com a influência de outra companhia nessa parte de Moçambique, a Sugar Estate Company. Podemos, portanto, supor que a fotografia, como testemunho visual do desenvolvimento económico das partes mais estratégicas e ricas da concessão, facilitou uma propaganda prioritariamente voltada aos acionistas britânicos. As outras zonas do território, principalmente rurais ou mineiras, por serem muito menos fontes de dividendos, ficaram para trás da produção visual.

As 1208 imagens que ilustram o concelho da Beira são repartidas da seguinte forma:

Gráfico 2: Repartição topo-temática



Fonte:: estatística realizada a partir do índice *online* do Fundo da CM: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3678261> (acesso em 15 nov. 2016).

Deste gráfico é fácil deduzir a importância dada à valorização da ação técnica e urbana da companhia, a cidade da Beira e seu porto tendo sido os principais beneficiários desta política, sobretudo a partir da década de 1920 e das obras realizadas pela *Port of Beira Company*. O resto do vasto *hinterland* do concelhos merece uma fraquíssima atenção. Assim, podemos supor com alguma segurança a ligação entre as prioridades económicas da companhia e seus reflexos fotográficos.

### **Propaganda, ordem e segurança**

As temáticas desenvolvidas pela Direção dos serviços de estatística e propaganda (graf. 3) mostram outras prioridades. A primeira é a propaganda, seja ela política (categorias “visitas oficiais” e “eventos oficiais, comemorativos, festivos e políticos”) ou comercial (categoria “Exposições e representações em certames de propaganda colonial”), que totaliza 40% do conjunto. Trata-se aqui, obviamente, da ação principal do serviço de estatística e propaganda da CM, que, além da produção fotográfica, desenvolvia diversas formas de comunicação institucional, focando destinatários diversos: autoridades portuguesas da colónia e da metrópole, convidados estrangeiros, potenciais acionistas europeus<sup>16</sup>, opiniões públicas coloniais e europeias.

A segunda prioridade é a valorização da política de ordem pública e de segurança, ilustrada pela forte representação das “forças militares e de segurança” adicionada à das “expedições militares”. Estas últimas apenas ilustram o curto período de 1897 a 1904, principalmente as campanhas realizadas nas zonas da Zambézia (1897-1898, no norte do território), e do Barué (1902). Na verdade, a “pacificação” do território sob concessão só foi realmente (e relativamente) efetiva em 1917. Esse interesse pela ordem, tanto externa como interna, da vida pública da colónia concessionária é confirmado pela multiplicação, durante a concessão, dos regulamentos e reorganizações internas das forças policiais e guardas civis<sup>17</sup>, verdadeira obsessão dos dirigentes. Este fato sugere a falta de segurança e de controle, tanto das populações indígenas, sempre suspeitas de rebeldia ou de resistência à ordem colonial, como, também, das populações europeias, que se mobilizaram, como durante os difíceis anos vinte, multiplicando movimentos de greve na Beira e nas principais cidades da concessão.

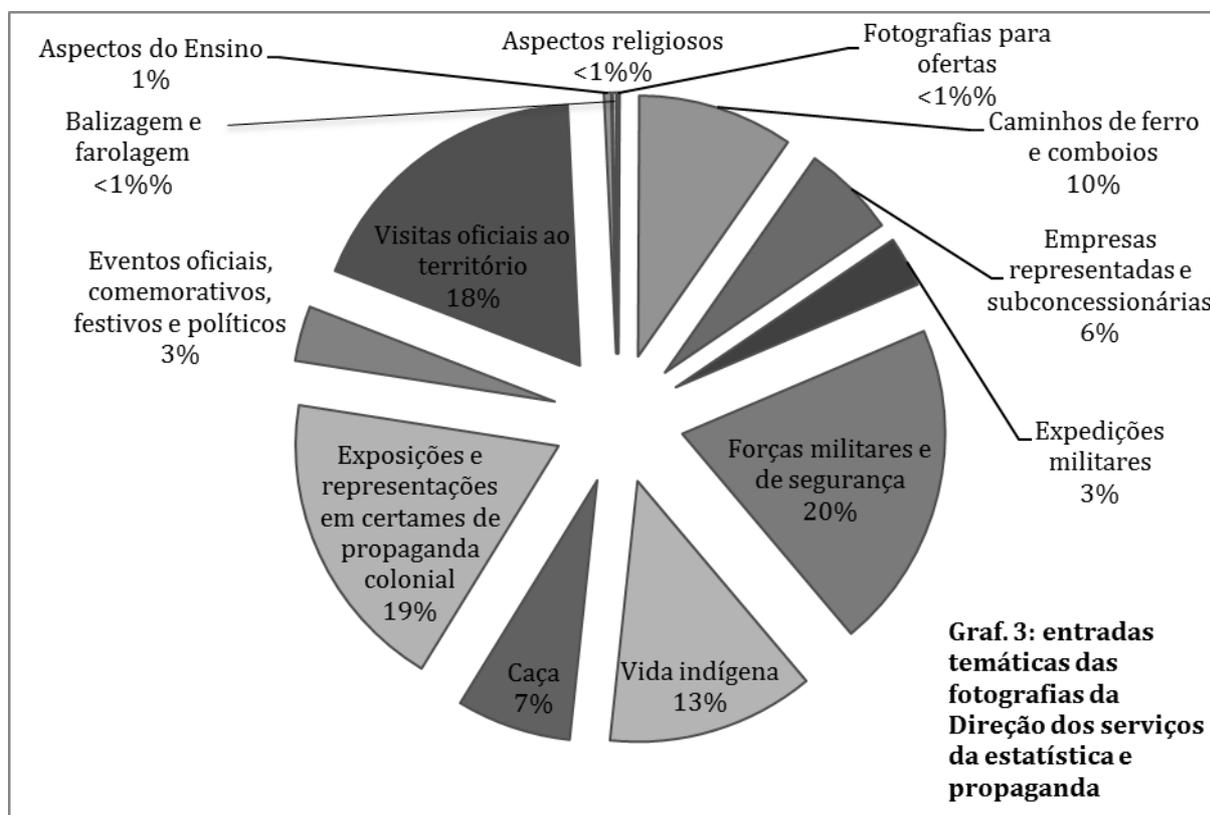
É surpreendente a escassez de imagens relativas à “política social” da companhia, como mostram os baixos níveis das categorias “aspectos religiosos” e “aspectos do ensino” que fazem, portanto, parte das obrigações estatutárias da companhia e que, intuitivamente, deveriam entrar nas competências de um serviço de informação e propaganda. Este fato é apenas compensado pelas representações da “vida indígena” que, como a categoria da “caça”, valorizam a riqueza etnográfica e natural do território concessionário.

---

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, a grande reportagem fotográfica (158 provas) da visita ao território do presidente da república Óscar Carmona em 1939, cotas PT/TT/CMZ-AF-GT/E/29/4/1 a PT/TT/CMZ-AF-GT/E/29/4/158. Também há de salientar as visitas do príncipe D. Luis Filipe durante a monarquia (1907), da duquesa de Aosta (1909-1910), do ministro das colónias do Estado Novo Armindo Monteiro (1932) e do Governador da Rodésia (1936).

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, os regulamentos das forças públicas da CM de 1897, 1899 (Guarda Civil da Beira, forças policiais) e 1926.

Gráfico 3: Entradas temáticas das fotografias



Fonte: estatística realizada a partir do índice *online* do Fundo da CM: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3678261> (acesso em 15 nov. 2016).

### Quando: do começo ao fim

Tentar uma abordagem cronológica da produção fotográfica da CM durante a concessão é aceitar algumas aproximações, levando em conta as dificuldades encontradas para oferecer dados seguros, pois muitos clichês, quando doados pela *Entrepasto*, não continham nenhuma informação a esse respeito<sup>18</sup>. Muitas datações resultam assim de um trabalhoso esforço de dedução por parte dos arquivistas responsáveis da indexação e organização do fundo,

[...] de acordo com informações expressas no próprio documento fotográfico ou por inferência da sua leitura visual, tendo sido, igualmente, considerado, neste segundo caso, características de ordem gráfica (cor, tonalidades, brilho) e física como

<sup>18</sup> É também problemática a falta de indicação relativa aos autores e, de modo geral, às condições de realização dos clichês. Pensamos, porém, que estas lacunas não deveriam desqualificar um fundo de tal valor. E, também, que esta situação poderá ser chamada a evoluir com a finalização do tratamento arquivístico.

analogia de folhas de álbuns, passe-partout, além de menções de autoria (fotógrafos, estúdios) etc.<sup>19</sup>

Elaboradas estas necessárias medidas de cautela, podemos, mesmo assim, avançar algumas hipóteses: a produção fotográfica da CM conheceu um aumento no decorrer da concessão, em grande parte possibilitada pelos progressos técnicos e pela democratização da prática fotográfica em Portugal e nas suas colónias. Mas outros motivos podem ser avançados para explicar este aumento. Pensamos aqui na necessidade identificada pelos dirigentes da CM de uma comunicação crescente e dirigida a diversos grupos destinatários, como já vimos quando comentamos as temáticas desenvolvidas pelos serviços de propaganda. As atas do conselho de administração confirmam, de fato, esta hipótese: no decorrer dos anos vinte, são frequentes as medidas de propaganda, comunicação e campanhas de empresas destinadas a contestar uma imagem internacional – e nacional – cada vez mais negativa, relativa, por exemplo, às práticas de trabalho forçado ou, mais a nível nacional, à « desnacionalização » do território, ou seja, sua perda de identidade portuguesa a favor dos interesses britânicos, assunto de importância crescente entre os dirigentes da companhia e os representantes do Estado português.

A este nível da pesquisa, ainda são numerosas as perguntas relativas à realização e difusão deste rico conjunto iconográfico. Possibilitando uma história cultural e social do Moçambique central como das elites metropolitanas portuguesas e norte-europeias, a abordagem desse *corpus* permite analisar a construção visual de um território marcado pelos anos da concessão. Uma abordagem global do espólio, como tentamos realizar aqui através de alguns exemplos, confirma a importância de uma análise levada a cabo em estreita relação com as fontes escritas, diversas pela sua forma (manuscritas e impressas) como pela origem geográfica (Lisboa, Maputo, Beira, eventualmente Londres ou Paris) e institucional (Torre do Tombo, Arquivo histórico-ultramarino, Arquivo histórico de Moçambique).

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3684199> Acesso em: 15 nov. 2016.